

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR – *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARTA BRESSANI FREITAS ALVES

**A PRÁXIS DA ADESÃO AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
(MEI)**

**Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo**

**Cacoal - RO.
2010**

A PRÁXIS DA ADESÃO AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

Por:

MARTA BRESSANI FREITAS ALVES

Artigo apresentado à Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* de Cacoal como requisito parcial obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, elaborado sob a orientação do professor MSc. Adriano Tumelero.

**Cacoal - RO
2010**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA UNIR – *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo intitulado “A Práxis da Adesão ao Microempreendedor Individual (MEI)”, elaborado pela acadêmica Marta Bressani de Freitas Alves, foi avaliado e julgado aprovado pela Banca Examinadora formada por:

Prof. MSc. Adriano Tumelero – Orientador – UNIR

Prof. – Membro - UNIR

Prof. – Membro - UNIR

Média

Agradeço primeiramente a DEUS por mesmo eu tendo me afastado Dele na maior parte de minha faculdade, Ele não ter se afastado de mim.

Agradeço ao meu pai, Mario Augusto Freitas, por absolutamente tudo. Cada um de seus atos foi uma oportunidade que eu tive para crescer e me tornar o que sou.

A minha mãe Terezinha Bressani que já dormem no SENHOR, mas seus conselhos duram até hoje.

Aos meus filhos, Waynivan e William, pelo apoio e amor incondicional, e por compreender a minha ausência em muitos momentos especial para a família.

Agradeço especialmente o meu esposo João Batista, pela paciência, apoio e carinho durante esta caminhada.

Agradeço também a todos os professores com quem tive a honra de estudar.

E especialmente ao Professor Orientador, Adriano Tumelero, pela paciência com que me aturou durante a orientação deste Artigo.

Aos meus queridos colegas de grupo, pelos momentos de alegria que compartilhamos.

E especialmente a Luciane Cristina, pela colaboração.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	07
1.1 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL	07
1.2 PRINCÍPIOS DA LEI 128/2008	07
1.3 INSCRIÇÃO NO MEI.....	08
1.4 BENEFÍCIOS DA ADESÃO NO CADASTRO – MEI	08
1.5 EXIGÊNCIAS NO CADASTRO COMO – MEI.....	09
1.6 PROCEDIMENTOS PARA A ADESÃO DO EMPREENDEDOR JUNTO A LEI.....	10
1.7 CUSTOS APÓS A FORMALIZAÇÃO	11
1.8 RESPONSABILIDADES DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL REFERENTE AO EMPREGADO	12
2 RESPONSABILIDADE DO CONTADOR.....	13
3 O SEBRAE COMO GESTOR DO MEI	15
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	15
4.1 QUESTIONÁRIOS APLICADOS AO CONTADOR.....	16
4.2 QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS OPTANTES PELO MEI.....	17
4.3 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIA.....	22
OBRAS CONSULTADAS	23
APÊNDICE	24

A PRÁXIS DA ADESÃO AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

Marta Bressani Feitas Alves¹

RESUMO: O presente artigo realiza um estudo com intuito de conhecer na prática a aplicação da Lei Complementar 128/2008, levantando informações sobre o processo de adesão do Micro Empreendedor Individual na busca pela formalização junto aos órgãos públicos e, conseqüentemente, os procedimentos adotados na prestação dos serviços contábeis. Neste contexto, objetiva-se apresentar conceitos importantes para a compreensão desse ambiente e descrever o processo de adesão dos empreendedores individuais à sistemática do programa implantado pelo governo federal. Para obtenção dos dados utilizou-se dos preceitos da pesquisa bibliográfica exploratória, seguida da aplicação de questionários de múltipla escolha. Desta feita, adotou-se procedimentos de coleta de dados na forma de levantamento feito por amostra, junto aos contadores e aos Microempreendedores do Município de Pimenta Bueno, no Estado de Rondônia. Constata-se que na formalização o MEI tem se deparado com algumas dificuldades em relação ao cadastro, a exemplo da efetivação de pagamentos indevidos, o que contraria a Lei Complementar 128/2008. Os benefícios atribuídos ao Microempreendedor Individual por meio da referida lei são a inclusão formal à previdência, inclusão social e reconhecimento da cidadania.

Palavras-chave: Informalidade. Legalidade. Empreendedor individual.

INTRODUÇÃO

Com a crescente velocidade dos negócios, evolução tecnológica e avanço das comunicações ocorridos nas últimas décadas, houve um grande crescimento das multinacionais. Neste cenário surgiu também grande evolução de novos pequenos empreendedores, que vêm demonstrando uma notável importância no cenário econômico, surgindo então a “figura” do Microempreendedor Individual.

A Lei Complementar Federal nº 123/2006, alterada pela Lei 128/2008, (BRASIL, 2006; 2008) que instituiu o Estatuto Nacional do Microempreendedor Individual estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado para o trabalhador autônomo que exerce alguma atividade de trabalho de forma ilegal, garantindo a formalização de cadastro junto à previdência social além de outros benefícios.

¹ Acadêmica concluinte do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal, com TCC elaborado sob orientação do profº MSc. Adriano Tumelero.

Sabe-se que o objetivo da referida lei, é o de tirar da informalidade, cerca de onze milhões de trabalhadores brasileiros, gerando em contrapartida, um volume considerável de arrecadação para o Instituto Nacional da Previdência e Assistência Social (INSS) e possibilitar o acesso destes trabalhadores informais à Seguridade Social.

Dessa forma, a escolha do tema deste artigo reside na necessidade de conhecer na prática a aplicação desta lei. Com isso, foi realizado um levantamento de informações sobre a realização dos procedimentos adotados na prestação dos serviços contábeis, que formaliza o microempreendedor individual.

O objetivo geral consiste em acompanhar a formalização da adesão de trabalhadores informais ao MEI para identificar as prováveis dificuldades do processo. Em relação aos objetivos específicos, são os seguintes: levantar informações sobre as situações dos empreendedores cadastrados como MEI, no 1º semestre de 2010, referente à formalização destes junto aos órgãos públicos, verificando as dificuldades encontradas na emissão de alvará pela prefeitura; identificar junto aos escritórios de contabilidade as principais causas que dificultam o processo para adesão ao MEI; analisar os procedimentos que o SEBRAE realiza junto às pessoas cadastradas que é o de orientar, apoiar e treinar o Microempreendedor Individual;

Destarte, o presente trabalho busca identificar as falhas no processo de adesão do Microempreendedor Individual, a fim de que possam ser supridas pelas autoridades competentes, para que a inserção destes empreendedores possa ser totalmente efetivada, além de proporcionar uma discussão acerca das dificuldades encontradas como forma de contribuir com possíveis mudanças ou adaptação na sistemática utilizada.

Este artigo fará uma abordagem sobre a informalidade brasileira e a definição sobre o Microempreendedor Individual. Demonstra também os benefícios que o empreendedor terá ao aderir a este novo programa, e o processo para a formalização deste, destacando as exigências para a adesão na nova lei os procedimentos adotados na realização do processo, os custos que o empreendedor terá após se inscrever no programa, e o atendimento gratuito. Logo a seguir descreve sobre a contabilidade e a importância do contador neste processo e os serviços que o SEBRAE oferece ao empreendedor.

O universo da pesquisa será composto por 25% dos Microempreendedores Individuais – MEI, cadastrados junto aos escritórios de contabilidade e SEBRAE. A pesquisa será realizada por amostra.

O método aplicado nesta pesquisa será o Indutivo, observando a realidade concreta partindo do particular para o geral, e quanto à técnica será a de questionário. Quanto à

natureza deste trabalho será a de pesquisa aplicada, gerando conhecimento com a aplicação da teoria na prática, envolvendo interesses locais na solução de problemas.

Destaca-se a análise dos questionários e a apresentação de resultados, e por último, serão feitas algumas considerações finais sobre os diversos aspectos tratados neste trabalho.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

MEI é a figura jurídica, instituída pela Lei Complementar 128/2008, que teve por objeto fazer adequações a Lei Geral da Micro e pequena Empresa (LC 123/2006). Poderão se utilizar desse mecanismo empreendedor dos setores industrial, comercial e de serviços.

Microempreendedor individual é uma nova categoria, que pode melhorar a vida de quem trabalha por conta própria ou tem um pequeno negócio. Essa categoria, aprovada por lei, garantirá benefícios da previdência e muitas oportunidades para milhões de brasileiros.

Define-se Microempreendedor Individual (MEI), o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), optante pelo Simples Nacional. “Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.” (BRASIL, 2002).

1.2 PRINCÍPIOS DA LEI 128/2008

A aprovação da Lei Complementar nº 128, de 2008, representou uma verdadeira reforma tributária, e fortaleceu o empreendedorismo no Brasil. Esta lei visa incentivar a legalização de milhares de empreendedores que desenvolvem sozinhos, por conta própria, e informalmente, os mais diversos tipos de atividades, transformando este comerciante informal em Microempreendedor Individual. (BRASIL, 2008).

Podem se transformar em Microempreendedor Individual o camelô, o ambulante, a vendedora de cosméticos, o cabeleireiro, a manicuri, a esteticista, a costureira, o artesão, o mecânico e outros empreendedores que montam o seu próprio negócio e que faturam até 36 mil reais por ano. Quem tem até um emprego que recebe no máximo um salário mínimo também

pode se registrar como MEI. De acordo com a Lei Complementar 128/2008, estão de fora desta lei as profissões regulamentadas como advogado, médicos, engenheiros etc.

1.3 INSCRIÇÃO NO MEI

Para se registrar como MEI, o empreendedor deve procurar um contador e fornecer o número da sua carteira de identidade e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e o seu endereço residencial. Deve informar ainda, o endereço do local onde trabalha ou pretende trabalhar e a atividade que vai exercer. Os serviços contábeis prestado a esses empreendedores são de responsabilidade dos escritórios de contabilidade optante pelo Simples Nacional e não será cobrada taxa de inscrição e nem a prestação de serviços acessórios no primeiro ano de adesão. (FENACON, 2009 p. 25).

1.4 BENEFÍCIOS DA ADESÃO NO CADASTRO – MEI

Com a formalização o Microempreendedor Individual tem benefícios para si e para sua família.

BENEFICIÁRIO	BENEFÍCIOS
Empreendedor:	a) Aposentadoria por idade – mulher aos 60 anos e homens aos 65. É necessário contribuir durante 15 anos e a renda é um salário mínimo; b) Salário maternidade – mulheres são necessários 10 meses de contribuição; c) Auxílio acidente – a partir do primeiro pagamento. d)
Família:	a) Pensão por morte – a partir do primeiro pagamento; b) Auxílio reclusão – a partir do primeiro pagamento.

Figura 1: Benefícios e beneficiários do MEI

Fonte: FENACON (2009)

Além desses benefícios o Microempreendedor Individual tem acesso a serviços bancários, incluindo crédito. Conta também com o apoio técnico do SEBRAE sobre a atividade exercida, com a possibilidade de crescimento em um ambiente seguro, para desenvolver a atividade de forma legal, sabendo que não sofrerá ações do Estado, tendo a formalização simplificada e sem maiores burocracias, com baixo custo da formalização em valores mensais fixos.

A proposta de lei é extensa, trazendo aspecto e consequências positivas ao município com a sua regulamentação. Dentre outros aspectos relevantes, encontram-se a redução da informalidade, redução da carga tributária e simplificação das obrigações fiscais, inclusão social e reconhecimento da cidadania do micro e pequeno empresário. (FENACON, 2009).

Com a formalização, o Microempreendedor Individual passa a integrar o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), poderá ter conta bancária e outros benefícios como acesso a linhas de financiamento especiais com juros reduzidos e participação nas licitações públicas.

Em relação à redução da carga tributária o Art. 18-A, V da Lei 123, de 2006, alterada pela Lei 128, de 2008, (BRASIL, 2006; 2008) expõe o seguinte;

- Vº Microempreendedor Individual recolherá, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, valor fixo mensal correspondente à soma das seguintes parcelas: (produção de efeitos: 1º de julho de 2009)
- a) R\$ 45,65 (quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), a título da contribuição prevista no inciso IV deste parágrafo; (produção de efeitos: 1º de julho de 2009)
 - b) R\$ 1,00 (um real), a título do imposto referido no inciso VII do caput do art. 13 desta Lei Complementar, caso seja contribuinte do ICMS; e (produção de efeitos: 1º de julho de 2009)
 - c) R\$ 5,00 (cinco reais), a título do imposto referido no inciso VIII do caput do art. 13 desta Lei Complementar, caso seja contribuinte do ISS; (produção de efeitos: 1º de julho de 2009)

A maior transformação é a inclusão social. O novo marco regulatório que não apenas reduzirá a carga tributária para grande parcela dos contribuintes, mas tira também milhares de brasileiros da economia informal e os inclui formalmente na previdência.

1.5 EXIGÊNCIAS NO CADASTRO COMO-MEI

Segundo o artigo 68 da Lei Complementar 123/2006, o pequeno empresário deve: “ser, enquadrado como Microempresa na Junta Comercial e auferir receita bruta anual de até 36.000,00.”

Já para o artigo 18-A da Lei Complementar 128/2008, o microempreendedor deve: “Ser empresário individual; Auferir receita bruta anual de até R\$36.000,00; Ser optante do SIMPLES NACIONAL; Observar as demais condições legais exigidas.”

O Microempreendedor Individual deverá consultar a repartição municipal sobre a viabilidade do seu negócio no local escolhido, mas os comprovantes das consultas prévias não

são necessários para sua inscrição no Portal do Empreendedor. Isso porque, o Microempreendedor assinará o Termo de Ciência e responsabilidade, com efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório, emitido por ocasião de sua inscrição.

Nesse termo, o Microempreendedor declara, sob pena da lei, ter conhecimento e que atende os requisitos legais exigidos pelo Município para a sua localização e funcionamento, inclusive em relação aos aspectos sanitários, ambientais, tributários de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos. (FENACON 2009).

1.6 PROCEDIMENTOS PARA A ADESÃO DO - MEI JUNTO A LEI

A formalização como Empreendedor Individual se realiza por meio da internet através do endereço eletrônico www.portaldoempreendedor.gov.br a partir do dia 1º de julho de 2009, de forma gratuita, por intermédio de escritórios de serviços contábeis optantes pelo Simples Nacional, individualmente ou pelo SEBRAE.

Primeiramente, o empreendedor deverá realizar pesquisas prévias no Portal do Empreendedor referente à possibilidade de uso do nome empresarial de interesse do Microempreendedor, nas bases de dados do sistema nacional de registro mercantil. Nesta pesquisa, de imediato é verificado se o empreendedor já é titular como empresário individual e se possui mais de um estabelecimento, se é sócio de sociedade empresária de natureza contratual ou administrador de sociedade empresária. Também verifica a descrição oficial do endereço para exercício das atividades desejadas e da possibilidade de exercício dessas atividades nesse local. É feito um cadastramento solicitando vários dados do empreendedor e após, o CNPJ e o número de inscrição na Junta Comercial são obtidos imediatamente.

Efetuada a inscrição provisória na Junta Comercial e no CNPJ, será disponibilizado no Portal do Empreendedor o documento que irá certificar a condição de Microempreendedor Individual para consulta por qualquer interessado, e o empreendedor deverá imprimir assinar e encaminhar na Junta Comercial acompanhado de cópia da Identidade e do CPF.

As Juntas Comerciais realizarão, automaticamente, a inscrição provisória do Microempreendedor Individual, e terá validade pelo prazo de 180 dias após a transmissão dos dados cadastrais realizada com sucesso através do Portal do Empreendedor. Após esse prazo se a Prefeitura não se manifestar, o Termo de Ciência e Responsabilidade com efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório se converterá, automaticamente, em Alvará de Funcionamento. (PORTAL DO EMPREENDEDOR).

Imediatamente à inscrição provisória na Junta Comercial e mediante o recebimento dos dados correspondentes a essa inscrição, os demais órgãos e entidades realizarão automaticamente as respectivas inscrições e concessão de alvará requerido em decorrência da atividade do empreendedor. Os Estados, Distrito Federal e Municípios promoverão, automaticamente, sem a interferência do contribuinte, em procedimento interno, as respectivas inscrições tributárias. Caso tenha impossibilidade de obtenção das inscrições fiscais, alvará e licenças de funcionamento pelo Portal do Empreendedor, o interessado deverá obtê-los nos respectivos órgãos emissores.

Para o empreendedor que está obtendo o CNPJ a partir de 01/07/09 a opção pelo sistema simplificado será imediata e vale para o ano todo. Já os empreendedores que já possuem CNPJ, a opção somente poderá ser feita durante o mês de janeiro de cada ano.

Outra opção que o Empreendedor Individual possui é fazer a sua formalização com a ajuda de empresas de contabilidade que são optantes pelo Simples Nacional, que irão realizar a formalização e também a declaração anual sem cobrar nada no primeiro ano.

O processo de formalização é isento de taxas federais, estaduais e municipais e conta com o auxílio de escritórios de contabilidade, entidades de classe, órgãos públicos e o SEBRAE.

1.7 CUSTOS APÓS A FORMALIZAÇÃO

O MEI poderá optar pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (SIMEI), sendo que este processo simplificará o processo de contribuição, possibilitando economia no recolhimento dos tributos devidos. O MEI optante pelo SIMEI não estará sujeito ao recolhimento das alíquotas previstas nas tabelas do Simples Nacional.

O microempreendedor que optar pelo SIMEI recolherá, por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), valor fixo mensal correspondente à soma das parcelas relativas à contribuição para a Seguridade Social, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Imposto sobre Serviços (ISS). Estes dois últimos serão determinados de acordo com os códigos de atividades econômicas previstos na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) registrados no CNPJ. (SEBRAE 2010, p.6).

A apuração do valor a ser pago será considerada, além da atividade principal, as atividades secundárias constantes do CNPJ. Os valores devidos pelo Empreendedor

Individual a partir de 01/07/09 conforme o Portal do Empreendedor (2009) serão, para a Previdência, 11% do salário mínimo que é reajustado no início de cada ano. Refere-se a título de contribuição para a Seguridade Social, relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual. Para o Estado, será R\$ 1,00 fixo por mês, a título de ICMS, caso seja contribuinte desse imposto. Para o Município, R\$ 5,00 fixos por mês se a atividade for prestação de serviço, a título de ISS, caso seja contribuinte desse imposto.

O pagamento desses valores será feito pelo DAS, que é gerado pela *internet* no endereço www.portaldoempreendedor.gov.br. Esse documento pode ser gerado por qualquer pessoa em qualquer computador ligado à *Internet*. O pagamento será feito na rede bancária, até o dia 20 de cada mês. Caso o pagamento não seja efetuado na data certa, terá multa de 0,33% por dia no limite de 20% de atraso e juros calculados pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), sendo o primeiro mês de atraso os juros serão de 1%.

Com a nova lei, os contribuintes individuais poderão optar em recolher 11% sobre o limite mínimo de salário de contribuição para aposentadoria por idade ou em recolher os 20% se desejar aposentar-se por tempo de contribuição. Ele poderá optar depois por este último, mas deverá pagar a diferença de 9% faltante mais os juros para entrar nessa opção. Conforme (ZANLUCA 2009, p. 13). “A Contribuição Sindical Patronal também é dispensada pelas ME e EPP optante pelo Simples Nacional.”

1.8 RESPONSABILIDADES DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL REFERENTE AO EMPREGADO

Caso o empreendedor contrate uma pessoa para ajudá-lo, ele terá responsabilidades e deverá cumpri-lás tais como: (SEBRAE 2010, p.5).

- a) Reter e recolher a contribuição previdenciária relativa ao empregado conforme na forma da lei e prestar informações através da GFIP;
- b) Recolher a contribuição do INSS patronal, calculada à alíquota de 3% (três por cento) sobre o salário de contribuição;

O MEI deverá fazer a guia do FGTS e Informação à Previdência (GFIP) que é entregue até o 7º dia útil do mês seguinte ao pagamento do salário, através de um sistema chamado Conectividade Social da Caixa Econômica Federal que pode ser feito do *download* no endereço eletrônico da Receita Federal.

Após o preenchimento o empreendedor individual deverá recolher 3% desse salário para a previdência social e 8% referente ao FGTS do empregado e mais o INSS retido do funcionário. Essas contas são feitas automáticas pelo GFIP.

Desta forma, o MEI terá um custo total do empregado de 11% do salário do mesmo, ou seja, 3% parte do empregador e 8% do empregado. Ainda estará sujeito a todas as outras obrigações trabalhistas, como o pagamento do FGTS, férias, décimo-terceiro salários e todas as outras obrigações. (SEBRAE 2010, p.5).

2 RESPONSABILIDADES DO CONTADOR

Há alguns anos, os escritórios de serviços contábeis pleiteavam o direito de usufruir do tratamento diferenciado e favorecido, garantido às demais micro e pequenas empresas. A Lei 123/2006 permitiu que os escritórios de serviços contábeis optassem pelo SIMPLES NACIONAL, a partir de 2007, pagando os tributos pelas alíquotas do seu Anexo V. No entanto, esse anexo resultava em carga tributária muito elevada para as pequenas empresas de serviços contábeis, o que levou a classe a reivindicar a redução do ônus tributário. (FENACON 2009).

Acolhendo essa reivindicação, a Lei Complementar 128/2008 permitiu que os escritórios de contabilidade, optante pelo SIMPLES NACIONAL, passassem a recolher os tributos utilizando as alíquotas do anexo III, que produzem menor carga tributária. A mesma lei adicionou ao artigo 18 da lei complementar 123/2006 os seguintes dispositivos.

22-B. Os escritórios de serviços contábeis, individualmente ou por meio de suas entidades representativas de classe, deverão:

I- promover atendimento gratuito relativo à inscrição, à opção de que trata o art. 18-A desta Lei Complementar e à primeira declaração anual simplificada da microempresa individual, podendo para tanto, por meio de suas entidades representativas de classe, firmar convênios e acordos com a União, os Estados o Distrito Federal e os Municípios, por intermédio dos seus órgãos vinculados;

II fornecer, na forma estabelecida pelo Comitê Gestor, resultados de pesquisas quantitativas e qualitativas relativas às microempresas e empresas de pequeno porte optante pelo Simples Nacional por eles atendidas.

22-C Na hipótese de descumprimento das obrigações de que trata o 22-B deste artigo, o escritório será excluído do Simples Nacional, com efeitos a partir do mês subsequente ao descumprimento, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

O legislador impôs aos escritórios de contabilidade, individualmente ou através de suas entidades de classe, o atendimento gratuito dos Microempreendedores Individuais para fins de inscrição, opção pelo Simples Nacional e entrega da primeira declaração. Como punição para o descumprimento dessas obrigações, o legislador sinalizou com a exclusão do escritório de contabilidade do Simples Nacional. Ao regulamentar o registro do Microempreendedor Individual, a Resolução CGSN 2/2009, assim se manifestou:

Art. 6º

1º Os escritórios de serviços contábeis e as suas entidades representativa de classe, menciona no caput, promoverão atendimento gratuito, compreendendo a:

I - prestação de informações e orientações completa ao Microempreendedor sobre: o que é o Microempreendedor Individual, quem pode ser, como se registra e se legaliza, quais são os benefícios e as obrigações e seus custos e periodicidade, qual a documentação exigida e que requisitos deve atender em relação a cada órgão e entidade para obter a inscrição, alvará e licenças a que o exercício da sua atividade esta sujeito;

II - execução dos serviços necessários:

a) ao registro e à legalização do Microempreendedor Individual;

b) à opção dos empresários, inscritos até 30 de junho de 2009 na Junta Comercial e no CNPJ, pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional, observadas as instruções a esse respeito expedida pelo Comitê Gestor do Simples nacional;

III – elaboração e encaminhamento da primeira declaração anual simplificada do Microempreendedor Individual, podendo, para tanto, as entidades representativas da classe, firmar convênios e acordos com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por intermédio de seus órgãos vinculado.

Não restam dúvidas de que a lei impôs uma obrigação aos escritórios de contabilidade, diretamente vinculada ao seu enquadramento no Simples nacional, cuja essência é a gratuidade dos serviços prestados à inscrição do Microempreendedor Individual. O atendimento obrigatório e gratuito pode ser realizado individualmente pelo próprio escritório de contabilidade ou através de suas respectivas entidades de classe, como por exemplo, a FENACON e os SESCONS. No entanto, conforme dispõe a lei, o descumprimento de tal obrigação retira os benefícios do Simples Nacional dos escritórios de contabilidade, a partir do mês seguinte à constatação desse fato, mediante procedimento de ofício da fiscalização tributária. (FENACON 2009).

Em nenhum momento, a Lei Complementar 128/2008 e os atos normativos que a regulamentaram estabeleceram o quantitativo de registros e atendimentos necessários para evitar a exclusão. Diante dessa falha, é possível interpretar que a comprovação do atendimento anual de apenas um único Microempreendedor Individual seria suficiente para manter o escritório de contabilidade enquadrado no Simples Nacional.

3 O SEBRAE COMO GESTOR DO MEI

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é uma entidade privada sem fins lucrativos que tem como missão promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte. A ferramenta básica é a informação, fundamental para o crescimento das empresas. Todas as ações, projetos, produtos e serviços da instituição têm em consideração que apenas a cultura do aprendizado e do uso do conhecimento pode garantir uma gestão competitiva, eficiente e moderna. (FENACON 2009)

O SEBRAE oferece ao empreendedor cursos e palestras que são ministrados de forma presencial, ou a distância, via *internet*, radio ou televisão. O objetivo é prestar um atendimento de primeira qualidade e continuado, possibilitando um relacionamento duradouro e assistido entre o SEBRAE e o empreendedor.

O SEBRAE tem um papel importante na formalização desses empreendedores, oferecendo apoio técnico e acompanhamento, prestando serviços de consultoria organizando e realizando campanha de esclarecimentos e orientações sobre as novas medidas que ampliam a abrangência da Lei Geral do segmento.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Mesmo com o crescimento da economia no país muitas pessoas por falta de oportunidade não conseguem empregos com uma remuneração capaz de cobrir suas necessidades básicas. Dessa maneira, esses trabalhadores passam a comercializar produtos ou mão de obras sem nenhum tipo de segurança para si ou para suas famílias. Pensando nesses milhões de brasileiros que o Governo cria a Lei complementar 128/2008 que formaliza o Microempreendedor Individual, dando a estes oportunidades de crescimento com custos reduzidos e muitos outros benefícios.

4.1 QUESTIONÁRIO APLICADO AO CONTADOR

A pesquisa foi realizada em todos os escritórios de contabilidade em Pimenta Bueno, foi constatado que 100% dos escritórios de contabilidade são optantes pelo Simples Nacional.

Verificou-se que somente 73% dos escritórios de contabilidade estão realizando o cadastro, conforme demonstrado na pesquisa. Verificou-se também que, mesmo os que optaram por realizar cadastro do Microempreendedor Individual tiveram pouca procura.

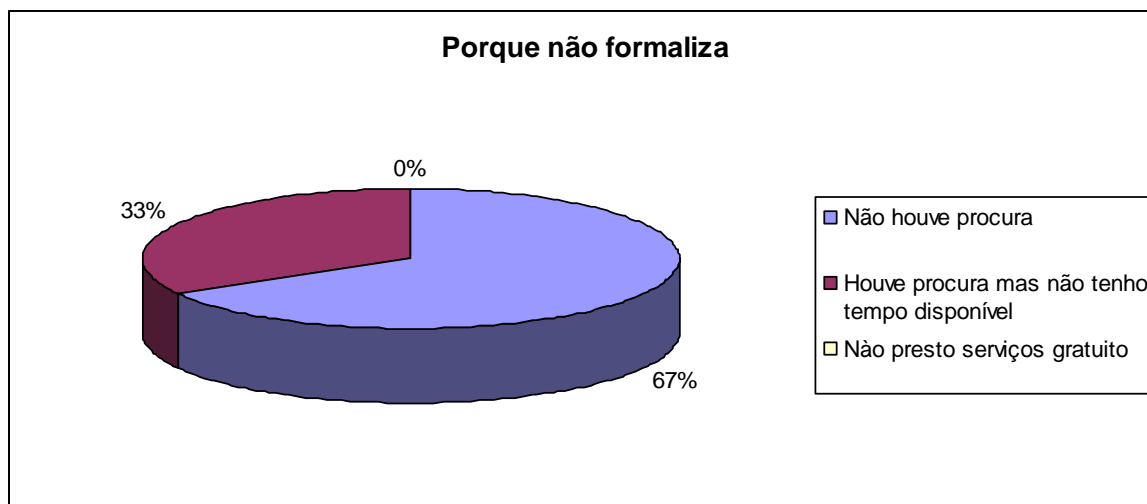


Figura 2: Escritórios que **não** formaliza

Fonte: Marta Bressani F. Alves (2010)

Dos 27% dos escritórios que não estão realizando o cadastro, buscou saber-se o motivo, 67% justificaram não ter havido procura por parte dos interessados em cadastrar-se, outros 33% afirmaram não ter tempo disponível, embora a inscrição seja pelo portal do microempreendedor é necessário a impressão de uma série de outros documento que acaba onerando custos e tempo para o escritório

Os contadores que participaram da pesquisa mostraram visão diferenciada em relação ao MEI, nem todos os contadores estão apoiando o programa de adesão.

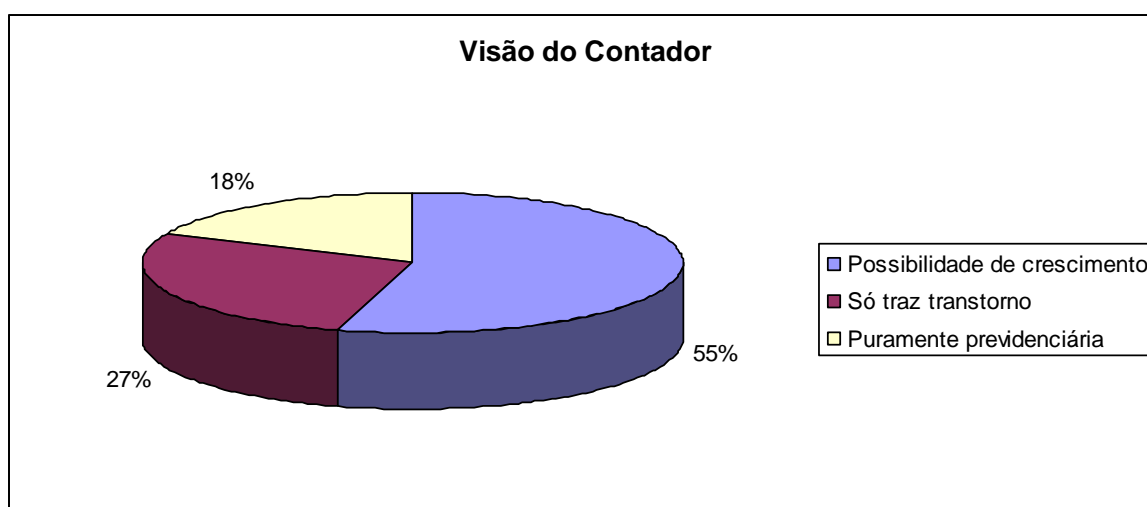


Figura 3: Visão do contador em relação ao MEI

Fonte: Marta Bressani F. Alves (2010)

Analisando o gráfico, pode-se verificar que na visão dos profissionais contábeis 55% dos Microempreendedor Individual têm possibilidade de crescimento formalizando sua empresa. Outros 27% por falta de profissionalismo e responsabilidade, veem o microempreendedor como alguém que traz transtorno para a Classe Contábil. Outros 18% interpretam esta nova categoria empresarial dentro do Simples Nacional como um meio que o Governo obteve para tirá-los da informalidade e aumentando assim a arrecadação para a previdência.

4.2 QUESTIONÁRIO APLICADO AOS OPTANTES PELO MEI

A aplicação do questionário tem como princípio levantar informações sobre a forma como estão sendo realizados os processos de adesão desses comerciantes, que estão na informalidade, e se houve descumprimento da Lei Complementar 128/2008, que trata especificamente sobre a legalização de forma gratuita para os microempreendedor.

Foram aplicado questionário em 25% dos cadastrados na categoria de Microempreendedor Individual, em Pimenta Bueno, no 1º semestre de 2010.

Ao elaborar a Lei Complementar 128/2008, o Governo Federal estabeleceu um limite máximo de R\$ 36.000,00 de faturamento anual para o MEI, podendo ultrapassar até 20%, totalizando R\$ 43.200,00. Ao ultrapassar este limite, automaticamente o MEI passará para outra categoria do Simples Nacional.

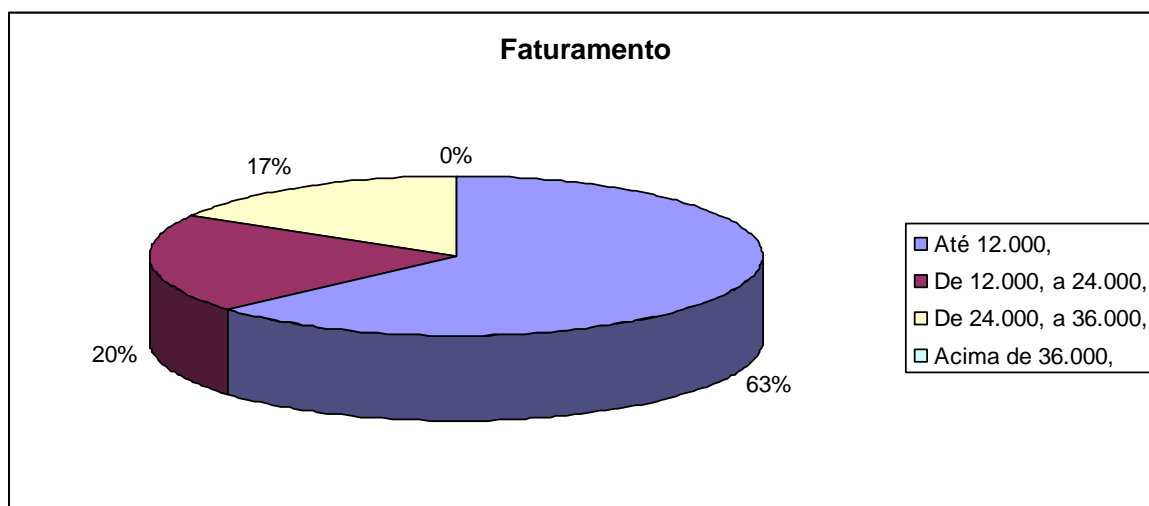


Figura 4: Faturamento Anual das Empresas

Fonte: Marta Bressani F. Alves (2010)

Analisando o gráfico pode-se verificar que 63% das Micros e Pequenas Empresas trabalham com um faturamento anual de até R\$ 12.000,00. Outras 20%, com faturamento de

R\$ 12.000,00 a R\$ 24.000,00. E apenas 17% estão com faturamento anual entre R\$ 24.000,00 e R\$ 36.000,00.

A comunicação é um importante meio de divulgação. Nesta pesquisa verificam-se os diversos meios de comunicação pelo qual os entrevistados foram informados sobre o MEI.

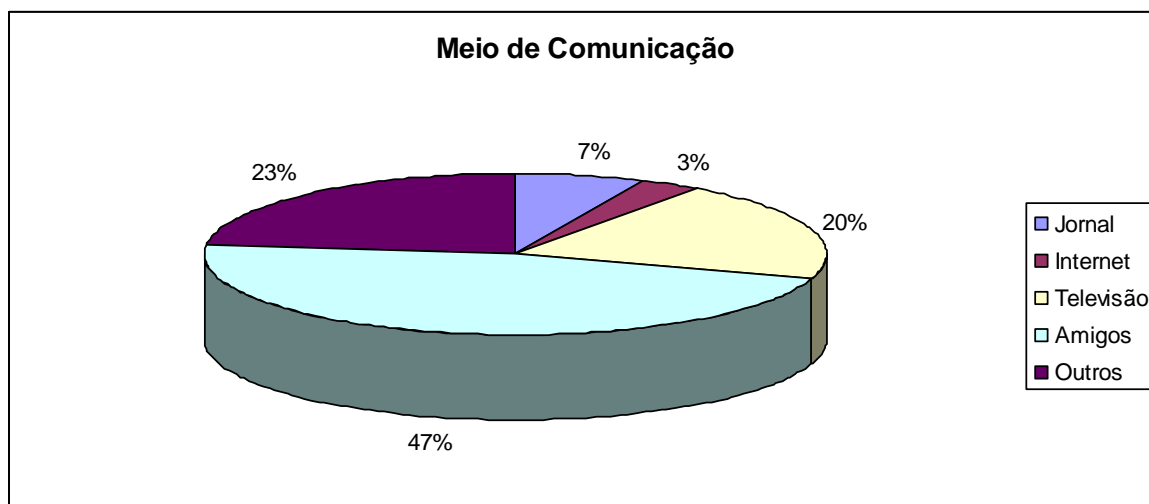


Figura 5: Meio de Comunicação pelo qual os entrevistados foram informados sobre o MEI

Fonte: Marta Bressani F. Alves (2010)

O gráfico demonstra que 47% dos entrevistados foram informados sobre a nova Lei Complementar 128/2008 e os benefícios que esta lei oferece aos pequenos comerciantes, tornando-se MEI, através de amigos, 20% através da televisão, 7% através de jornal, 3% através de *internet* e outros 23%.

De acordo com o levantamento da pesquisa, o Microempreendedor Individual teve diversos motivos para aderir-se a lei. Como mostra o gráfico a seguir.

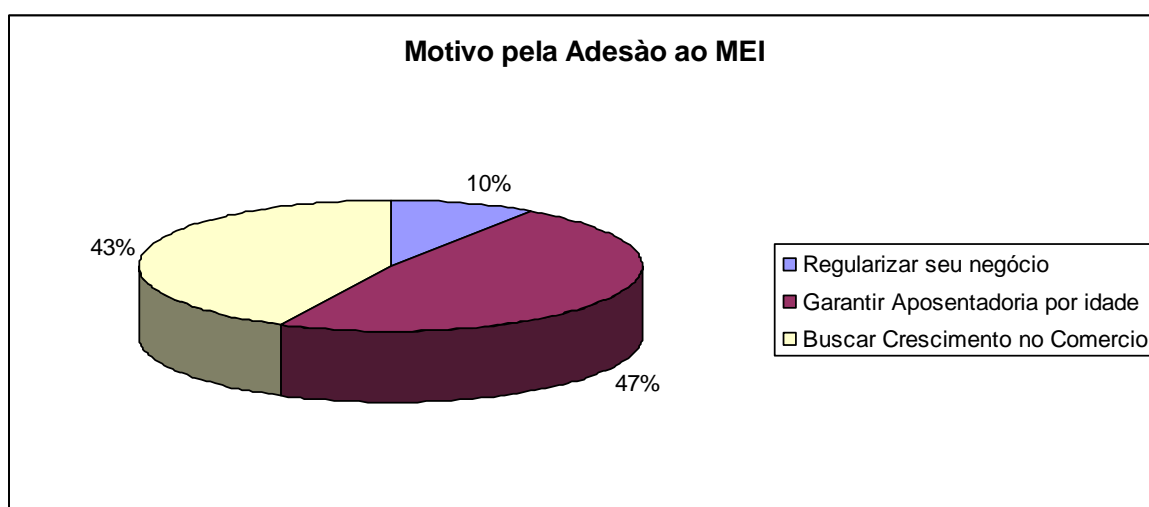


Figura 6: Motivo da adesão ao MEI

Fonte: Marta Bressani F. Alves (2010)

Este gráfico informa que o motivo pelo qual os pequenos comerciantes, até então trabalhando na informalidade, resolveram aderir-se ao MEI e sair da informalidade, são apenas 10% dos entrevistados. Outros 43% buscam não só a regularização, mas também possibilidade de crescimento no comércio. A maioria dos entrevistados com 47% aderiram ao MEI para garantir a aposentadoria por idade.

De acordo com a pesquisa, verificou-se a preferência do Empreendedor, pelo atendimento através do SEBRAE.

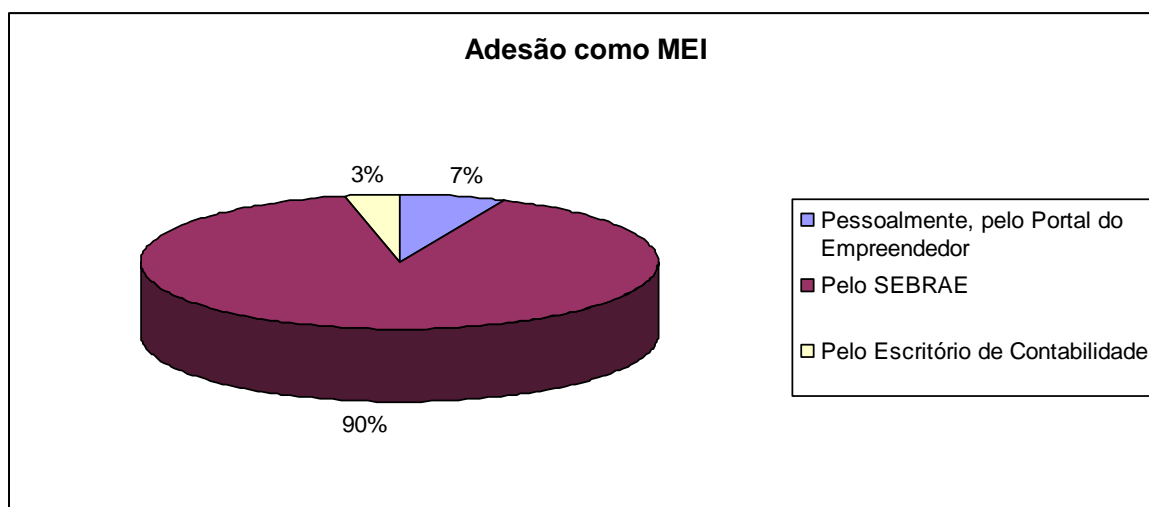


Figura 7: Meio de realizar a adesão como MEI

Fonte: Marta Bressani F. Alves (2010)

Diante do resultado alcançado pela pesquisa podemos observar que 90% dos entrevistados realizaram a adesão ao Microempreendedor Individual através do SEBRAE, 7% fizeram pessoalmente, pelo Portal do Empreendedor e 3% procuraram escritório de contabilidade para se formalizar.

Nessa pesquisa também foi questionado a respeito do grau de satisfação dos entrevistados em relação aos serviços de procedimentos da adesão ao MEI. Os cadastrados através do SEBRAE, 81% tiveram atendimento excelente, 15% bom e outros 4% diz que o atendimento foi regular. E os que formalizaram através dos escritórios de Contabilidade, afirma ter recebido bom atendimento.

Foi constatado no levantamento dessa pesquisa que o SEBRAE cumpriu com seu papel na sociedade empresária, e que 83% dos cadastrados como MEI, receberam serviços de orientação e planejamento em seus estabelecimentos. Desses 83% que receberam este serviço, 16% classificam como bom, e 84% excelente.

No levantamento da pesquisa constatou-se que 23% das pessoas entrevistadas pagaram para retirar documentos. Destes 64% pagaram para retirar Alvará de Saúde e Bombeiro, outros 36% para retirar Alvará de Funcionamento.

4.3 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Pelas pesquisas realizadas, observa-se que o trabalho do contabilista é muito importante para esses novos empreendedores saírem da informalidade, bem como a atuação do poder público no que tange o oferecimento de alternativas que possibilitam aos mesmos saírem da informalidade. Nesta perspectiva, o auxílio a estes é inevitável para o entendimento não só do processo de adesão ao MEI, mas também, para possibilitar a gestão de suas atividades.

Assim, o controle contábil apresenta-se como alternativa viável e eficaz para o empreendedor individual, à medida que possibilita a este controlar as atividades desenvolvidas, a exemplo do controle de entradas e saídas, bem como a apuração dos resultados, de maneira a permitir um gerenciamento do seu negócio para seu desenvolvimento e continuidade.

No entanto, não há a mesma percepção entre os contadores em relação ao MEI. Mesmo havendo uma resolução específica que trata a respeito da obrigação do atendimento ao MEI, alguns contadores insistem no não atendimento, como mostra a pesquisa realizada em Pimenta Bueno.

Em relação à pesquisa realizada com os microempreendedores, algumas dificuldades foram constatadas. A falta de informação e de conhecimento de informática contribuiu para dificultar o processo de adesão. Outro agravante é que nem todos possuem computadores para executar o procedimento individual. A escolaridade também é um ponto adverso, já que muitos têm baixa escolaridade e terão dificuldades de fazer relatórios gerenciais simples para administrar melhor seu negócio.

O processo de formalização é isento de taxas federais, estaduais e municipais e conta com o auxílio de escritórios de contabilidade, entidades de classe, órgãos públicos e o SEBRAE. (FENACON, 2009).

No entanto, ao realizar a pesquisa constatou-se que existem cobranças de taxas, e o pagamento das mesmas dependem da exigência da pessoa interessada em cadastrar-se, de acordo com o grau de informação das pessoas.

Portanto, o empreendedor que não reclamar do valor cobrado, arca com os custos das taxas municipais. Das pessoas entrevistadas 23% pagaram para retirar documentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como propósito estudar a forma como está sendo realizada a adesão do Microempreendedor Individual que trabalha por conta própria, com acompanhamento na formalização desses trabalhadores, levantando as possíveis dificuldades, no processo de adesão.

Na busca pela formalização o microempreendedor tem se deparado com algumas dificuldades na realização do processo de adesão. Questões como a baixa escolaridade, a falta de conhecimento de informática e a falta de esclarecimento sobre a Lei Complementar que formaliza o MEI, apresenta-se como dificultadores do processo.

A discrepância de informações entre os Órgãos Públicos tem gerado conflitos com os que estão se formalizando, uma vez que enquanto uns dizem que não haverá custos no processo de formalização, outros estão cobrando por tais serviços. Um exemplo disso é a cobrança, em alguns casos, na emissão de Alvará de Funcionamento emitido pela prefeitura, Alvará de Saúde e de Corpo de Bombeiro. Para não pagar essa taxa o empreendedor terá de fazer exigência, sobre a gratuidade dos documentos, garantido em lei.

Com relação aos escritórios de contabilidade, os dados mostram que a procura por parte do Empreendedor interessado em cadastrar-se como MEI é rara, mas todos os que procuraram foram cadastrados sem maiores dificuldades.

Ocorre que, alguns escritórios não estão realizando o cadastro do Microempreendedor Individual porque o serviço é gratuito por lei e impossibilita a cobrança de honorários, não se apresentando como algo atrativo para alguns profissionais.

Portanto, com a implantação deste programa simples e prático, dando acesso a todos, a fim de legalizar milhões de brasileiro que não estavam contribuindo com a previdência, teve o consenso dos escritórios de contabilidade que vinham fazendo reivindicação sobre a carga tributária imposta a eles. O governo então, através de resolução, propôs aos escritórios de contabilidade a inserção deles ao Simples Nacional, em contrapartida dessa simplificação tributária os escritórios teriam que dar assistência aos interessados em aderir ao MEI com total gratuidade no cadastro e no primeiro ano de adesão.

Quanto à análise do SEBRAE no processo de formalização do MEI, pode-se constatar que no quesito cadastramento, orientação e treinamento houve 90% de aprovação por parte dos entrevistados, isso demonstra que o SEBRAE tem realizado excelente trabalho na formalização desses empreendedores, ao passo que se propõem a esclarecer dúvidas e orientar o empreendedor na gestão da empresa.

De modo geral, o MEI resolveu parcialmente o problema da informalidade, a exemplo da Previdência Social, que era uma das preocupações do governo. Mas é visível a dificuldade por parte dos órgãos envolvidos na regularização das atividades destes empreendedores, pois existem muitas particularidades que não foram estudadas criteriosamente antes de lançar o programa de formalização.

Ademais, a intenção do governo em diminuir a informalidade no país, trazendo este novo conceito empresarial, trouxe um novo horizonte para os pequenos comerciantes que trabalhavam de forma ilegal, e mais segurança em relação ao seu futuro e ao da sua família, com um programa simplificado que tornou acessível a todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro, de 2006. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2006>. Acesso: mar. 2010.

_____, **Lei Complementar nº 128**, de 19 de dezembro, de 2008. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2008>. Acesso: mar. 2010.

_____, **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Novo Código Civil. Brasília, 2008.**

DAL MAGRO, Eleonice. **Método de Técnicas e Pesquisa Aplicadas às Ciências Contábeis**: Universidade Federal de Rondônia – UNIR. *Campus Cacoal*, 2009.

FENACON, **Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícia, Informação e Pesquisa**. Manual do Empreendedor Individual: Brasília: FENACON, 2009.

PORTAL DO EMPREENDEDOR, **O Empreendedor Individual**; Disponível na internet via <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>. Acesso em: 14 de Maio de 2010.

SEBRAE, **MPES de comércio e serviços chegam a 5,5 milhões**; Disponível na internet via <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 01 de out.. 2010.

_____, **2010, Cartilha do Empreendedor**; Disponível na internet via <http://www.agenciasebrae.com.br/noticia>. Acesso em: 01 out.. 2010.

ZANLUCA, Júlio César. **Microempreendedor Individual**. Disponível na internet via <http://www.portaltributario.com.br/downloads>. Arquivo pesquisado em 25 de novembro de 2010.

OBRAS CONSULTADAS

BORGES, Creunice, [et al]. **Manual de Orientações para Elaboração e Apresentação de Projetos de Pesquisa**: Curso de administração e ciências Contábeis. Fundação Universidade Federal de Rondônia [s.n], *Campus* de Cacoal, 2007.

JUNKES, Maria Bernadete / SANTOS, Maria Lindomar dos. **Primeiros Passos da Metodologia Científica na Graduação**: Rolim de Moura/RO, 2008.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

ESTE QUESTIONÁRIO TEM A FINALIDADE DE COLHER INFORMAÇÕES PARA UMA PESQUISA CIENTÍFICA SOBRE O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Aplicado aos Contadores em Pimenta Bueno

1) Este escritório é optante pelo Simples Nacional

☐ SIM ☐ NÃO

2) Esta empresa de contabilidade está formalizando os interessados em tornar um Microempendedor Individual?

☐ SIM ☐ NÃO

Se a resposta for (NÃO)

☐ não houve procura para o cadastro de adesão;

☐ houve procura mas não tenho disponibilidade de tempo para prestar este serviço;

☐ não estou disposto a prestar serviços gratuito.

3) Você contador como vê esta modalidade tributária, que é o MEI?

☐ possibilidade de crescer e migrar para outra categoria do Simples Nacional;

☐ uma modalidade nova que traz transtorno para os escritórios de contabilidade, por ser gratuito a prestação de serviço para adesão deste;

☐ uma questão puramente previdenciária.

Aplicado ao MEI em Pimenta Bueno

4) Qual o faturamento de sua empresa?

☐ até R\$12.000,00;

☐ R\$ 12.000,00 a R\$ 24.000,00;

☐ R\$ 24.000,00 a R\$ 36.000,00;

☐ acima de R\$ 36.000,00.

5) Através de qual meio de comunicação, você foi informado sobre o MEI?

☐ *internet*;

☐ televisão;

☐ amigos

☐ Outros _____

6) Por que você aderiu ao MEI?

☐ para regularizar seu negócio;

☐ para garantir a aposentadoria por idade;

☐ para buscar oportunidade de crescimento no comércio.

☐ Outros _____

7) A sua adesão como MEI, foi realizada?

☐ pessoalmente pelo portal do empreendedor;

- ☐ SEBRAE;
☐ escritório de contabilidade.

Classifique de 1 a 5, sendo 1 péssimo, e 5 excelente, as seguintes questões:

8) Se o seu cadastro foi efetuado através do SEBRAE:

- ☐ 1, ☐ 2, ☐ 3, ☐ 4, ☐ 5.

9) Se a formalização como MEI foi efetuado através de escritório de contabilidade?

- ☐ 1, ☐ 2, ☐ 3, ☐ 4, ☐ 5.

10) Você como MEI recebeu serviços de orientação do SEBRAE?

- ☐ SIM ☐ NÃO

Se for SIM, como classifica este serviço:

- ☐ 1, ☐ 2, ☐ 3, ☐ 4, ☐ 5.

11) Teve algum custo com a inscrição do MEI?

- ☐ SIM ☐ NÃO

Se a resposta for (SIM):

- ☐ na emissão de alvará de funcionamento;
☐ para retirar Alvará de Saúde e de Corpo de Bombeiro;
☐ taxas para retirar documentos no escritório de contabilidade;
☐ para retirar licença ambiental, e uso do solo;
☐ Outros _____